

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/6308	13759/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG [COMISSÃO NATALIDADE]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Contrato de Mandato através do qual o Município de Braga concede poderes à BragaHabit, EM, para, em seu nome e sua representação outorgar o Contrato com vista à concessão de um apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar a realização do projeto designado por “*Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, n.º 73, R/C Esq.º*” enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, a celebrar com o INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P., de ora em diante designado por IHRU, I.P.;

Considerando que:

- A BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM é uma empresa municipal, constituída em 21 de junho de 1999, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, que aprovou a Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (entretanto revogada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e esta, subsequentemente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto);
- O Município de Braga é o único titular do capital social da BragaHabit, EM;
- A BragaHabit, EM rege-se pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram e dos que sobre ela exercem poderes de tutela e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, conforme



regulado nos Estatutos daquela empresa local, em concretização do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual;

d) O Município de Braga delegou na BragaHabit, EM, por via do contrato de sociedade, conforme o artigo 21.º, n.º 1, dos Estatutos daquela empresa local, todos os poderes necessários ao cumprimento do seu objeto social e ao exercício da sua atividade;

e) A BragaHabit, EM é responsável por assegurar a gestão do parque habitacional da Empresa e dos fogos destinados a habitação de interesse social que sejam propriedade municipal, bem como de quaisquer outros que lhe sejam confiados pelo Município, celebrando com os inquilinos os respetivos contratos de arrendamento, assegurando, também, a existência de um habitat com condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais – cfr. Artigo 5.º dos seus Estatutos;

f) A BragaHabit exerce ainda outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Município de Braga, designadamente, no âmbito da reabilitação urbana – cfr. Artigo 5.º, alínea o), dos Estatutos;

g) Estas ações assumem uma relevância extrema para o Município de Braga, dada a atual situação de escassez de habitação na área do Município e a existência de bairros e fogos bastante degradados e necessitados de obras de conservação e reabilitação;

h) Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;

i) Neste âmbito o INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P., de ora em diante designado por IHRU, I.P., propôs-se a celebrar com o Município de Braga, um Contrato com vista à concessão de um apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar a realização do projeto designado por “*Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esq*” enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, no âmbito das atribuições a esta Edilidade conferidas no domínio da ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, promoção do desenvolvimento e ordenamento do território e urbanismo, conforme dispõem as alíneas h), i), j), k) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

j) Os aqui, outorgantes vão celebrar para 2025, um Contrato-Programa, ao abrigo do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que visou assegurar a prossecução de objetivos setoriais da BragaHabit;



- k) Nos termos do Artigo 5.º, dos respetivos Estatutos, a BragaHabit, E.M., tem como atribuição assegurar a gestão do parque habitacional da Empresa e dos fogos destinados a habitação de interesse social que sejam propriedade municipal, bem como de quaisquer outros que lhe sejam confiados pelo Município, celebrando com os inquilinos os respetivos contratos de arrendamento;
- l) A BragaHabit nos termos dos seus Estatutos, deve também assegurar as condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais;
- m) O 1.º Direito é um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada;
- n) Estando o Município de Braga adstrito ao cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa, o mandato administrativo objeto do presente contrato à BragaHabit, EM, permite, desde logo, dar resposta ao princípio da boa administração, pois dá uma resposta mais adequada às exigências de atuação pautada por critérios de eficiência e economicidade, potenciando a prestação de um melhor serviço público nas áreas específicas acima descritas;
- o) A especificidade técnica e material da BragaHabit, EM, assente no seu nível de organização, assim como na especialização na função, permite a adoção de um novo paradigma na sua gestão e, assim, alcançar os resultados a que se vincula perante o Município de Braga;
- p) A natureza do serviço prestado pela BragaHabit, EM reconduz-se à previsão das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 48.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, configurando o modo como o mesmo é prestado ao Município de Braga, por mandato administrativo, ao tipo de prestação subsumível ao disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- q) O Município de Braga contrata a BragaHabit, EM com dispensa de observância de um procedimento de contratação prévio, nos termos do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, uma vez que na qualidade de acionista único exerce diretamente sobre esta empresa um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;
- r) Os meios financeiros inscritos no presente contrato representam valores constantes do Contrato de Participação celebrado com o IHRU I.P. para a realização do projeto designado por *“Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, n.º 73, R/C Esq.º”* enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, referido no Considerando I);



s) A relação jurídica constituída pelo presente Contrato assume natureza administrativa, nos termos do artigo 278.º do Código dos Contratos Públicos.

Em face do exposto, propõe-se que:

A Câmara Municipal de Braga, abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeta à Assembleia Municipal de Braga, o presente Contrato de Mandato, para aprovação, nos termos do disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO DE MANDATO
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS - PROGRAMA 1.º DIREITO
Investimento RE-C02-i01 “Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” do Plano de
Recuperação e Resiliência 2024

Entre

Primeiro: Município de Braga, pessoa equiparada a pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4704-514 Braga, neste ato representado pelo Presidente da sua Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio,

Doravante identificada simplesmente por «Município de Braga»

e

Segundo: BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., pessoa coletiva n.º 504537784, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo n.º, com sede na Rua D. Paio Mendes N.º 51, 4700-424 Braga, representada pelo Administrador Executivo do Conselho de Administração Carlos Alberto da Fonte Videira;

Doravante identificada simplesmente por «BragaHabit, EM»

Considerando que:

- A) A BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM é uma empresa municipal, constituída em 21 de junho de 1999, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, que aprovou a Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (entretanto revogada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e esta, subsequentemente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto);
- B) O Município de Braga é o único titular do capital social da BragaHabit, EM;



- C) A BragaHabit, EM rege-se pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram e dos que sobre ela exercem poderes de tutela e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, conforme regulado nos Estatutos daquela empresa local, em concretização do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual;
- D) O Município de Braga delegou na BragaHabit, EM, por via do contrato de sociedade, conforme o artigo 21.º, n.º 1, dos Estatutos daquela empresa local, todos os poderes necessários ao cumprimento do seu objeto social e ao exercício da sua atividade;
- E) A BragaHabit, EM é responsável por assegurar a gestão do parque habitacional da Empresa e dos fogos destinados a habitação de interesse social que sejam propriedade municipal, bem como de quaisquer outros que lhe sejam confiados pelo Município, celebrando com os inquilinos os respetivos contratos de arrendamento, assegurando, também, a existência de um habitat com condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais – cfr. Artigo 5.º dos seus Estatutos;
- F) A BragaHabit exerce ainda outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Município de Braga, designadamente, no âmbito da reabilitação urbana – cfr. Artigo 5.º, alínea o), dos Estatutos;
- G) Estas ações assumem uma relevância extrema para o Município de Braga, dada a atual situação de escassez de habitação na área do Município e a existência de bairros e fogos bastante degradados e necessitados de obras de conservação e reabilitação;
- H) Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;
- I) Neste âmbito o INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P., de ora em diante designado por IHRU, I.P., propôs-se a celebrar com o Município de Braga, um Contrato com



vista à concessão de um apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar a realização do projeto designado por “*Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº*” enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, no âmbito das atribuições a esta Edilidade conferidas no domínio da ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, promoção do desenvolvimento e ordenamento do território e urbanismo, conforme dispõem as alíneas h), i), j), k) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- J) Os aqui, outorgantes celebraram, emde 2024, um Contrato-Programa, ao abrigo do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que visou assegurar a prossecução de objetivos setoriais da BragaHabit;
- K) Nos termos do Artigo 5.º, dos respetivos Estatutos, a BragaHabit, E.M., tem como atribuição assegurar a gestão do parque habitacional da Empresa e dos fogos destinados a habitação de interesse social que sejam propriedade municipal, bem como de quaisquer outros que lhe sejam confiados pelo Município, celebrando com os inquilinos os respetivos contratos de arrendamento;
- L) A BragaHabit nos termos dos seus Estatutos, deve também assegurar as condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais;
- M) O 1.º Direito é um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada;
- N) Estando o Município de Braga adstrito ao cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa, o mandato administrativo objeto do presente contrato à BragaHabit, EM, permite, desde logo, dar resposta ao princípio da boa administração, pois dá uma resposta mais adequada às exigências de atuação pautada por critérios de eficiência e economicidade, potenciando a prestação de um melhor serviço público nas áreas específicas acima descritas;
- O) A especificidade técnica e material da BragaHabit, EM, assente no seu nível de organização, assim como na especialização na função, permite a adoção de um novo paradigma na sua gestão e, assim, alcançar os resultados a que se vincula perante o Município de Braga;



- P) A natureza do serviço prestado pela BragaHabit, EM reconduz-se à previsão das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 48.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, configurando o modo como o mesmo é prestado ao Município de Braga, por mandato administrativo, ao tipo de prestação subsumível ao disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- Q) O Município de Braga contrata a BragaHabit, EM com dispensa de observância de um procedimento de contratação prévio, nos termos do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, uma vez que na qualidade de acionista único exerce diretamente sobre esta empresa um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;
- R) Os meios financeiros inscritos no presente contrato representam valores constantes do Contrato de Comparticipação celebrado com o IHRU I.P. para a realização do projeto designado por *“Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº”* enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, referido no Considerando I);
- S) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga de [] de 2024 foi submetida a apreciação da Assembleia Municipal de Braga, o presente Contrato de Mandato, que o aprovou, em minuta, na sua reunião de [] de [] de 202X, determinando consequentemente a sua celebração;
- T) A relação jurídica constituída pelo presente Contrato assume natureza administrativa, nos termos do artigo 278.º do Código dos Contratos Públicos.

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, o presente Contrato, que se regerá pelo estipulado nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

(Objeto e fim)

Pelo presente Contrato, o Município de Braga concede poderes à BragaHabit, EM, para, em seu nome e sua representação:

- a) Outorgar o Contrato com vista à concessão de um apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar a realização do projeto designado por *“Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº”* enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, a celebrar com o INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P., de ora em diante designado por IHRU, I.P.;



- b) Realizar as obras e intervenções necessárias para a reabilitação da fração abrangida pelo Programa 1.º Direito no âmbito do Contrato de apoio financeiro, destinado a financiar a realização do projeto designado por “*Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº*” enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, melhor identificado no **Anexo I ao presente Contrato**;
- c) Autorizar o IHRU, I.P. a proceder ao registo dos ónus de afetação no imóvel em referência, nos termos do disposto nos artigos 72.º a 74.º do DL n.º 37/2018, na sua atual redação.

Cláusula 2.ª

(Mandato administrativo)

- 1.O Município de Braga encarrega a BragaHabit, EM de proceder às intervenções de reabilitação de prédios urbanos ou frações para habitação, compreendidas no âmbito do Programa 1.º Direito, designadamente, no edifício identificado no Contrato de Comparticipação do projeto designado por “*Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº*”.
2. Para cumprimento do objeto do presente Contrato a BragaHabit, EM mobilizará os seus recursos internos, humanos e materiais, e promoverá a contratação, adjudicação, gestão e fiscalização de aquisições de bens, serviços, locações e empreitadas necessárias à perfeita e tempestiva execução das tarefas referidas na Cláusula anterior.
3. Caberá ao Município de Braga providenciar à BragaHabit, EM os meios financeiros que a habilitem à promoção das tarefas referidas na Cláusula anterior, ficando os ativos resultantes da ação da BragaHabit, EM, de forma direta e imediata, integrados na esfera jurídica da autarquia e refletidos no respetivo balanço contabilístico.
4. A disponibilização das verbas, ao abrigo do contrato de comparticipação a celebrar com o IHRU, I.P., efetuar-se-á por transferência bancária para a conta de depósito à ordem da BragaHabit, EM, com o seguinte IBAN: PT50 0010 0000 5690 2480 0025 5.
- 5.Todas as faturas emitidas no âmbito da execução do projeto a que reporta o contrato de comparticipação, por bens e serviços requeridos, solicitados, adquiridos, contratados por parte da BragaHabit, EM deverão ser emitidas em nome da BragaHabit, EM.

Cláusula 3ª

(Poderes de gestão)



1. A outorga do presente Contrato constitui autorização bastante para a BragaHabit, EM praticar todos os atos administrativos, técnicos, jurídicos, económico-financeiros e materiais necessários à perfeita execução do mandato, contanto se enquadrem nas atividades constantes do **Anexo II ao presente Contrato**.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a BragaHabit, EM, fica igualmente autorizada a praticar todos os atos necessários, no âmbito objetivo do mandato, à resposta a situações de urgência inadiável, devidamente justificados, devendo, em qualquer caso, assim que possível, realizar o respetivo reporte ao Município de Braga, para efeitos, designadamente, do disposto na Cláusula 5.ª do presente Contrato.

Cláusula 4ª

(Poderes do Município)

1. O Município de Braga fica investido nos poderes administrativos do contraente público, nos termos do disposto no artigo 302.º do Código dos Contratos Públicos, podendo, designadamente:

- a) Dirigir o modo de execução da prestação da BragaHabit, EM;
- b) Fiscalizar o modo de execução do presente Contrato pela BragaHabit, EM;
- c) Modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo do presente Contrato e ao modo de execução das prestações nele previstas.

2. As modificações ao Contrato, nos termos previstos na alínea c) do número anterior serão preferencialmente objeto de acordo endocontratual, nos termos previstos no artigo 310.º do Código dos Contratos Públicos.

3. A BragaHabit, EM não se oporá às modificações previstas na alínea c) do n.º 1 da presente Cláusula, cabendo ao Município de Braga promover ou garantir a reposição do equilíbrio financeiro do Contrato sempre que de tal modificação, ou por verificação de outra causa superveniente e relevante, resulte alteração dos pressupostos com base nos quais a BragaHabit, EM determinou o valor das prestações a que se obrigou, pressupostos esses que são do conhecimento do Município.

Cláusula 5ª

(Escrutínio pelos órgãos municipais)

Sem prejuízo dos poderes de gestão previstos na Cláusula 3.ª do presente Contrato, as prestações de que a BragaHabit, EM é incumbida serão objeto de amplo escrutínio pelos órgãos municipais, nomeadamente através do acompanhamento e controlo pela Câmara e Assembleia Municipal sobre



os instrumentos previsionais e prestação de contas, nos quais será vertido o planeamento e controlo do presente Contrato.

Cláusula 6ª

(Apoio financeiro)

- 1.A BragaHabit, EM, procederá à gestão do apoio financeiro atribuído pelo IHRU, I.P., no âmbito do Contrato de Comparticipação Financeira, com vista ao cumprimento das finalidades do mesmo.
2. O Município de Braga habilitará a BragaHabit, EM, com os meios financeiros necessários à concretização, por esta, das atividades identificadas na Cláusula 1.ª do presente Contrato.

Cláusula 7ª

(Obrigações da BragaHabit, EM)

Através do presente Contrato, a BragaHabit, EM obriga-se, designadamente, a:

- a) Promover e desenvolver todas as atividades necessárias às intervenções referidas na Cláusula 1.ª;
- b) Cumprir, na realização das atividades necessárias às intervenções referidas na Cláusula 1.ª, os procedimentos de formação de contratos previstos no Código dos Contratos Públicos, a cujo cumprimento esteja sujeita, assegurando a formação do preço em condições de concorrência;
- c) Assegurar uma estreita colaboração com o Município de Braga;
- d) Assegurar princípios de boa gestão financeira na execução dos serviços ora contratualizados;
- e) Informar o Município nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 da Cláusula 3.ª;
- f) Elaborar e enviar ao Município de Braga, relatório de execução técnica, operacional e financeira do presente Contrato, devidamente documentado.
- j) Cumprir todas as cláusulas do contrato de comparticipação referido na alínea a) da cláusula 1.ª nos seus precisos termos.

Cláusula 8ª

(Obrigações do Município de Braga)

Através do presente Contrato, o Município de Braga obriga-se a disponibilizar à BragaHabit, EM os meios financeiros necessários à concretização, por esta, das atividades identificadas na Cláusula 1.ª do presente Contrato.



Cláusula 9ª

(Acompanhamento e controlo)

O acompanhamento, fiscalização e controlo do presente Contrato é feito pelo Município de Braga, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a atividade desenvolvida pela BragaHabit, EM, ao abrigo do mesmo.

Cláusula 10ª

(Gestor do contrato)

1. A articulação da BragaHabit, EM com os serviços municipais no âmbito da execução do presente Contrato será assegurada através do Gestor do Contrato, designado pelo Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
2. O Município de Braga pode, a todo o tempo, designar um novo Gestor do Contrato, sendo para tanto bastante que notifique a BragaHabit, EM, da alteração.

Cláusula 11ª

(Exclusão de responsabilidade)

1. O investimento previsto e aprovado para a candidatura em apreço, será realizado através de comparticipação no âmbito do PRR.
2. Quaisquer obrigações assumidas pela BragaHabit, EM para efeitos do cumprimento do presente contrato, ainda que na forma de financiamentos bancários ou serviços contratados com terceiros, serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputadas, seja a que título for, ao Município de Braga.
2. A BragaHabit, EM obriga-se a dar conhecimento do estipulado no número anterior às entidades financiadoras e/ou aos terceiros com quem decida contratar, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela omissão ou incumprimento desta obrigação.

Cláusula 12.ª

(Incumprimento e resolução do contrato)

A falta de cumprimento ou o desvio dos seus objetivos por parte da BragaHabit, EM constitui causa de resolução do contrato pelo Município de Braga.



Cláusula 13.ª

(Alterações ao contrato)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato carece de prévio acordo escrito subscrito por ambas as partes.

Cláusula 14.ª

(Prazo e vigência)

O presente Contrato de Mandato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até conclusão da concretização do projeto designado por *“Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqª”* enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021.

Em anexo:

Anexo I – Contrato de comparticipação a outorgar com o IHRU, I. P.

Anexo II - Identificação das atividades prestadas e a prestar pela BragaHabit, EM no âmbito do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Feito em Braga aos ____ dias do mês de ____ de 202____, em duplicado de igual teor e forma que, depois de lido e estar conforme, vai ser assinado pelos outorgantes, ficando cada um na posse de um exemplar.

Pelo Município de Braga,

Pela BragaHabit, EM,



MINUTA CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO

ENTRE:

O **INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.**, instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, em Lisboa, pessoa coletiva número 501 460 888, com o correio eletrónico ihru@ihru.pt, de ora em diante designado por IHRU, I.P., ou “Beneficiário Intermediário”, representado por António Manuel Martins Viana Gil Leitão, titular do cartão de cidadão n.º 11021792 6ZX0, válido até 18/03/2031, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, na sua atual redação;

E
O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça do Município, em Braga, pessoa coletiva número 506 901 173, com o correio eletrónico municip@cm-braga.pt, de ora em diante designada por Entidade Beneficiária, na qualidade de Beneficiária Final, representada por _____, titular do cartão de cidadão n.º _____, válido até _____, que outorga na qualidade de _____, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e alínea f) do n.º 2, ambas do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua atual redação;

CONJUNTAMENTE, DESIGNADOS POR "Partes".

é ajustado e reduzido a escrito, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações, do normativo comunitário aplicável ao Plano de Recuperação e Resiliência, da Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, do Aviso n.º 01/CO2i01/2021, que estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à contratualização dos financiamentos do Programa 1.º Direito, no âmbito do Investimento RE-CO2-i01 “Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” do Plano de Recuperação e Resiliência (adiante Programa), e em execução do Acordo de Colaboração celebrado entre o IHRU, I.P., e o MUNICÍPIO DE BRAGA, o presente contrato de participação que se rege nos termos daqueles diplomas e das cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a concessão de um apoio financeiro não reembolsável destinado a financiar a realização do projeto designado por “*Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, n.º 73, R/C Esq.º*” (adiante Projeto), melhor identificado no Anexo, denominado FICHA DO PROJETO DE INVESTIMENTO (adiante Anexo), ao presente contrato e que dele faz parte integrante, enquadrado no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, em que a Entidade Beneficiária é a Beneficiária Final, entidade globalmente responsável pela execução do projeto de investimento ora contratualizado.



Cláusula 2.ª

(Objetivos do Investimento)

1. Os objetivos do Projeto contratualizado a que se refere a Cláusula 1.ª estão descritos no Anexo.
2. O Projeto visa a atribuição de habitações, destinadas a residência permanente de pessoas e agregados elegíveis ao abrigo do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, contribuindo para a concretização do “INVESTIMENTO RE-C02-i01 -PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO” do Plano de Recuperação e Resiliência (adiante Programa).
3. A concretização e a operacionalização do Projeto são da responsabilidade da Entidade Beneficiária, na qualidade de Beneficiária Final, em tudo o que essa qualidade e função obriga nos termos da regulamentação comunitária e nacional aplicável.

Cláusula 3.ª

(Custo total)

1. O Projeto tem um valor de investimento estimado de 48.634,78€ (quarenta e oito mil seiscentos e trinta e quatro euros e setenta e oito cêntimos), compreendendo as despesas elegíveis constantes do Anexo.
2. O valor referido no número anterior não inclui o valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) aplicável, por, no cumprimento das regras comunitárias aplicáveis, não ser elegível para financiamento com verbas do Programa, sem prejuízo da previsão da alínea b) do n.º 1 da cláusula seguinte.

Cláusula 4.ª

(Comparticipação)

1. O IHRU, I.P., na qualidade de Beneficiário Intermediário, financiará, nos termos constantes no Anexo, o valor total estimado de 51.653,52€ (cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos), correspondendo:
 - a) 48.634,78€ (quarenta e oito mil seiscentos e trinta e quatro euros e setenta e oito cêntimos), à participação não reembolsável, com verbas do Programa;
 - b) 3.018,74€ (três mil e dezoito euros e setenta e quatro cêntimos), ao IVA, incorrido ou a incorrer, nos termos estabelecidos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, caso a Entidade Beneficiária não possa exercer o direito à dedução do IVA suportado.
2. A disponibilização do montante referido no número anterior será efetuada até ao limite de 95 %, ficando o pagamento do respetivo saldo (5 %) condicionado pela apresentação pela Entidade Beneficiária do pedido de pagamento de saldo final e relatório final, confirmando a execução da operação nos termos aprovados.
3. O IHRU, I.P. disponibilizará os valores previstos nos números anteriores da presente Cláusula, nos termos da Cláusula 5.ª, e desde que cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:
 - a) Existência de disponibilidade de tesouraria;
 - b) Existência de situação contributiva e tributária regularizada da Entidade Beneficiária;



- c) Existência de situação regularizada da Entidade Beneficiária em matéria de dívidas e impedimentos no âmbito dos fundos europeus;
- d) Confirmação da titularidade da conta bancária da Entidade Beneficiária;
- e) Entrega pela Entidade Beneficiária dos documentos comprovativos da boa aplicação dos montantes já recebidos;
- f) Estar em vigor o protocolo, previsto no contrato de financiamento e que regula os procedimentos de tesouraria, estabelecido entre a estrutura de missão Recuperar Portugal, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e o Beneficiário Intermediário.

Cláusula 5.ª
(Adiantamento e Utilização)

1. A solicitação da Entidade Beneficiária, o IHRU, I.P., pode libertar as verbas necessárias, a título de adiantamento, desde que esteja contratualmente previsto, nos termos do número 7. do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021.
2. As verbas concedidas a título de adiantamento são reembolsadas através da dedução, em cada utilização da participação, do valor percentualmente correspondente àquele adiantamento.
3. Os valores previstos na Cláusula 4.ª são libertados pelo IHRU, I.P., nos termos dos números 7.1., 7.2. e 7.2.1 do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, bem como das Orientações Técnicas aplicáveis e demais disposições legais europeias e nacionais vigentes.
4. A disponibilização das verbas será efetuada por transferência bancária para a conta de depósito à ordem da Entidade Beneficiária com o seguinte IBAN:

Cláusula 6.ª
(Obrigações da Entidade Beneficiária)

1. A Entidade Beneficiária, na qualidade de responsável global pela implementação física e financeira do Projeto identificado na Cláusula 1.ª, obriga-se perante o IHRU, I.P., a:
 - a) Concluir o Projeto até 19/12/2023, no cumprimento do investimento nos termos do cronograma constante do Anexo;
 - b) Possuir ou poder assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários à implementação e realização do Projeto;
 - c) Apresentar os relatórios de progresso desenvolvidos em modelo a definir pelo IHRU, I.P., com uma periodicidade trimestral ou sempre que solicitados;
 - d) Executar o Projeto nos termos e condições aprovados e a comunicar ao IHRU, I.P. e tomar as medidas que se revelem necessárias para assegurar o cumprimento dos resultados a alcançar no âmbito do Projeto;
 - e) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do Projeto;
 - f) Aceitar, sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento e controlo que venham a ser adotados, o acompanhamento e controlo, por parte das entidades nacionais e comunitárias competentes no âmbito do PRR, para verificação da boa execução e legalidade



do Projeto e do cumprimento dos objetivos e das obrigações resultantes deste contrato, nomeadamente:

- O direito dessas entidades a efetuar inquéritos e verificar e inspecionar, nos respetivos locais, a realização física e financeira do Projeto, bem como os correspondentes elementos e documentos;
 - Assegurar que os terceiros envolvidos na execução dos fundos do PRR lhes concedam direitos e acesso equivalentes;
- g) Dispor de um processo relativo ao Projeto, em suporte digital, com toda a documentação relacionada com o mesmo devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações;
- h) Entregar todas as informações e documentação que lhe sejam solicitados para efeitos de acompanhamento e fiscalização do cumprimento das condições e dos deveres inerentes à concessão do apoio objeto do presente Contrato, nomeadamente, as necessárias à monitorização e verificação da execução física e financeira do Projeto em cumprimento do prazo e das condições do Programa, em especial os dados que comprovem o regular e pontual cumprimento em relação:
- i) Aos termos de execução do investimento de acordo com o respetivo plano de execução física e financeira;
 - ii) Do princípio de "Não Prejudicar Significativamente", em especial quanto aos requisitos de eficiência energética e ou de procura de energia primária nos termos determinados na legislação nacional e nas condições exigidas pelo PRR;
 - iii) Às condições e data de entrega das habitações objeto do investimento;
- i) Assegurar que os requisitos para cumprimento do princípio de "Não Prejudicar Significativamente", a que se refere a subalínea ii) da alínea anterior, constam dos cadernos de encargos para contratação dos projetos e das obras;
- j) Entregar toda a informação e elementos necessários para efeito das obrigações de reporte deste enquanto Beneficiário Intermediário do Programa;
- k) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- l) Assegurar a autenticidade e segurança da informação prestada, através de sistemas de autenticação e assinatura eletrónica, nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho;
- m) Assegurar, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Estrutura de Missão «Recuperar Portugal», que toda a informação relativa ao Projeto, incluindo os dados financeiros e os dados sobre o desempenho, necessários para garantir uma pista de auditoria adequada, são conservados em conformidade, designadamente nos termos do disposto no artigo 132.º do Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018;
- n) Conservar os documentos relativos à realização do Projeto, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, preferencialmente em suporte digital, durante o prazo de 6 anos, sem prejuízo dos prazos de conservação de documentos estabelecidos para efeitos



- fiscais, podendo a Autoridade Tributária e Aduaneira utilizá-los para todos os efeitos legais, incluindo no âmbito de procedimentos de inspeção tributária;
- o) Autorizar o acesso, tratamento e divulgação dos dados necessários ao cumprimento das regras de gestão e de monitorização das verbas do Programa e das regras da transparência, bem como o acesso a bases de dados públicas, designadamente do ficheiro nacional de pessoas coletivas do Instituto de Registos e Notariado, I.P., dos dados da Autoridade Tributária e do sistema de dívidas à Segurança Social, quando aplicável;
 - p) Utilizar e tratar os dados pessoais relativos à informação a recolher apenas para os fins do presente contrato, pela duração das auditorias de quitação e dos processos de controlo relacionados com a utilização dos fundos;
 - q) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, designadamente na Orientação Técnica n.º 5/2021 - Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR e no Aviso n.º 18729/2021, publicado na Série II do Diário da República n.º 193/2021, de 2021-10-04;
 - r) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
 - s) Ter um sistema de contabilidade organizada, nos termos da legislação aplicável;
 - t) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
 - u) Manter a sua situação regularizada em matéria de dívidas e impedimentos no âmbito dos fundos europeus;
 - v) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços;
 - w) Adotar as medidas adequadas para proteger os interesses financeiros da União Europeia e para assegurar que a utilização de fundos em relação a medidas apoiadas pelo PRR cumprem o direito da União e o direito nacional aplicáveis, em especial no que respeita à prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção, conflito de interesses e duplo financiamento;
 - x) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
 - y) Cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações, no normativo comunitário aplicável ao Plano de Recuperação e Resiliência, na Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, e no Aviso n.º 01/CO2 - i01/2021;
 - z) Não cumular apoios para os mesmos custos financiados ao abrigo do presente contrato, em consonância com o Requisito 5 do número 3.3.1 do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, e, se aplicável, informar sobre os apoios que abrangem outros custos do mesmo investimento;
 - aa) Entregar os elementos de identificação das pessoas e dos agregados a que se destinam as habitações objeto do presente contrato, em função da modalidade de atribuição das habitações aos mesmos, até à concretização da solução habitacional;
 - bb) Não afetar a outras finalidades, nem alienar, as habitações objeto do presente contrato, durante o prazo de vigência do regime especial de afetação previsto no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, e a remeter ao IHRU, I. P., por via



eletrónica, para efeito de registo do mesmo regime, cópia do primeiro contrato de arrendamento, no prazo máximo de 10 dias úteis após a respetiva celebração, sob pena de se considerar incumprido definitivamente o financiamento concedido, com as inerentes consequências legais e contratuais;

- cc) Cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução do projeto, entregando ao IHRU, I.P., toda a documentação necessária ou por este solicitada para comprovar o respetivo cumprimento.

2. Caso a Entidade Beneficiária não cumpra a obrigação de entrega prevista na alínea aa), o IHRU, I. P., notifica-a fixando-lhe um prazo, no máximo de 90 dias, para o fazer, sob pena de suspensão da concessão do financiamento até à regularização da situação e sem prejuízo dos demais termos legais e contratuais aplicáveis.

Cláusula 7.ª

(Vicissitudes ou atrasos na execução do projeto)

1. São relevantes para a manutenção do financiamento objeto do presente contrato as vicissitudes ou atrasos na execução do Projeto que comprometam o cumprimento dos prazos constantes no Anexo, em especial:
 - a) O desvio ao cronograma que, adicionado do prazo previsto para as fases a executar subsequentemente, não permita a conclusão das obras até final de 31 de março de 2026 e, em qualquer dos casos, a entrega das habitações até 30 de junho de 2026;
 - b) Qualquer facto impeditivo da execução do investimento, no todo ou em parte; ou
 - c) A existência de fundamento de resolução do contrato de financiamento.
2. Quando, no âmbito das suas competências de monitorização e verificação dos investimentos financiados pelo Programa, o IHRU, I.P., verifique a existência de uma das referidas vicissitudes ou atraso:
 - a) Promove a renegociação do presente contrato, se a natureza ou condições da vicissitude ou do atraso permitir a reformulação total ou parcial do Projeto de forma que viabilize o cumprimento das condições e dos prazos do Programa; ou
 - b) Propõe, nos casos em que o Projeto já não seja compatível com o cumprimento das condições do Programa ou do respetivo prazo, à tutela setorial, após audição da Entidade Beneficiária, a exclusão desse projeto do PRR e a sua substituição por investimento constante de outra candidatura.
3. A exclusão do investimento do PRR nos termos indicados na alínea b) do número anterior constitui a Entidade Beneficiária na obrigação de devolução das verbas disponibilizadas ao abrigo do presente contrato, podendo aquela, porém, solicitar a conversão do contrato para financiamento ao abrigo do 1.º Direito, nas condições e nos termos do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, e do artigo 9.º da Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, em função da disponibilidade orçamental existente.
4. Quando, no âmbito das suas competências de monitorização e verificação dos investimentos financiados pelo Programa, o IHRU, I.P., verifique a existência de irregularidades relacionadas com o incumprimento das regras em matéria de contratos públicos pela Entidade Beneficiária, pode aplicar, tendo em conta a natureza e a gravidade das mesmas e sem prejuízo do disposto na



Cláusula seguinte, os critérios e as taxas fixas de correção financeira constantes das orientações estabelecidas pela Decisão da Comissão Europeia, de 14 de maio de 2019.

Cláusula 8.ª
(Incumprimento)

1. O IHRU, I.P., sem prejuízo do disposto nos números seguintes, tem o direito de suspender a disponibilização dos montantes da comparticipação, nomeadamente, nos seguintes casos:
 - a) Não cumprimento pontual, pela Entidade Beneficiária, das obrigações legais constantes do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações, da Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, do Aviso n.º 01/CO2 - i01/2021, das OT aplicáveis ao Projeto e ao Programa, e contratuais decorrentes do presente contrato;
 - b) Alterações aos elementos determinantes da decisão de aprovação que ponham em causa o mérito da operação ou a sua razoabilidade financeira;
 - c) Deficiências no processo comprovativo da execução do projeto, designadamente de natureza contabilística ou técnica;
 - d) Não envio pela Entidade Beneficiária, no prazo determinado, de elementos solicitados, salvo se for aceite a justificação que venha, eventualmente, a ser apresentada pelo beneficiário;
 - e) Mudança de conta bancária da Entidade Beneficiária, sem comunicação prévia ao IHRU, I.P.;
 - f) Superveniência ou falta de comprovação de situação regularizada da Entidade Beneficiária perante a administração fiscal e a segurança social, bem como de restituições no âmbito dos financiamentos;
 - g) Superveniência das situações decorrentes de averiguações promovidas por autoridades administrativas sustentadas em factos cuja gravidade indicie ilicitude criminal, envolvendo a utilização indevida dos apoios concedidos ou o desvirtuamento da candidatura.
2. Constitui fundamento suscetível de determinar a resolução do presente contrato e a devolução das quantias indevidamente recebidas, acrescidas dos juros de mora à taxa legal desde a data da sua disponibilização, sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis, a verificação, entre outras, das seguintes situações:
 - a) Investimento não executado ou concluído de acordo com as condições estabelecidas no presente contrato, no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021 e na legislação nacional e comunitária aplicável ao financiamento do Programa;
 - b) Não celebração dos contratos de arrendamento ou de subarrendamento com os agregados destinatários das habitações financiadas até 30 de junho de 2026;
 - c) Incumprimento definitivo dos casos previstos no número anterior da presente Cláusula e ou, das obrigações referidas nos números anteriores do presente Contrato e ou, a verificação de algum dos factos previstos no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação;
 - d) Desrespeito pelo disposto na legislação europeia e nacional aplicável, nomeadamente em matéria de contratação pública;
 - e) Não justificação da aplicação da despesa na operação aprovada ou a imputação de despesas no Projeto não relacionadas com a execução da operação;



- f) Omissão ou prestação de falsas declarações para efeito e no âmbito da atribuição da candidatura e dos apoios ao abrigo do 1.º Direito e do PRR e sobre a realização do Projeto ou sobre os custos incorridos;
 - g) Não cumprimento das obrigações legais e fiscais da Entidade Beneficiária;
 - h) Ocorrência de situações de conflitos de interesses, de fraude, de corrupção ou duplo financiamento.
3. Caso a Entidade Beneficiária receba apoio financeiro por parte de outra entidade, contra o disposto no artigo 9.º do Regulamento (EU) 2021/241 conjugado com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, deve restituir ao IHRU, I. P., a parte da participação por este concedida de valor igual ao do outro apoio, sem prejuízo de, no caso da atuação da Entidade Beneficiária configurar a violação de outras normas legais e contratuais aplicáveis, ser exigível a totalidade da participação concedida, acrescida de juros moratórios e das demais penalizações que sejam aplicáveis ao caso.

Cláusula 9.ª

(Recuperação da participação)

1. Os montantes indevidamente recebidos pela Entidade Beneficiária, nomeadamente por incumprimento das obrigações legais ou contratuais, pela ocorrência de qualquer irregularidade, bem como pela inexistência ou perda de qualquer requisito de concessão do apoio, constituem-se como dívida, sendo recuperados pelo IHRU, I.P.
2. Sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis no caso concreto, a Entidade Beneficiária, assegurada a prévia audiência nos termos do Código do Procedimento Administrativo, devolve, conforme for exigido pelo IHRU, I.P., as verbas concedidas ao abrigo do presente contrato, em especial nas situações previstas na Cláusula 8.ª.
3. O prazo de reposição das dívidas é de 30 dias úteis, a contar da data da receção da notificação referida no número anterior, sendo que, em caso de mora, ao valor em dívida acrescem juros, os quais são contabilizados à taxa legal fixada nos termos do n.º 1 do artigo 559.º do Código Civil, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até ao efetivo e integral reembolso do montante devido.
4. A recuperação é, sempre que possível e na falta de pagamento voluntário no prazo fixado, efetuada por compensação com montantes devidos à Entidade Beneficiária, seja qual for a sua natureza ou fonte de financiamento, nos termos gerais do direito.
5. Na falta de pagamento voluntário, o montante será recuperado através do recurso a execução fiscal, nos termos estabelecidos no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 agosto, na atual redação.
6. A responsabilidade subsidiária pela reposição dos montantes por parte da Entidade Beneficiária, cabe aos titulares dos órgãos de direção, de administração ou de gestão e outras pessoas que exerçam funções de administração ou de gestão, em exercício de funções à data da prática dos factos que a determinem.



Cláusula 10.ª**(Dados Pessoais)**

Os outorgantes no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do presente contrato, que envolvam o tratamento de dados pessoais, observam escrupulosamente o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (Regulamento Geral de Proteção de Dados), na Lei n.º 58/2019, de 8 agosto, e demais legislação aplicável.

Cláusula 11.ª**(Forma)**

O presente contrato por documento particular é elaborado nos termos previstos no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, na sua atual redação.

Cláusula 12.ª**(Disposições Finais)**

Em tudo o que não esteja expressamente regulado no presente contrato, são aplicadas as disposições legais europeias e nacionais vigentes.

Cláusula 13.ª**(Vigência)**

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura e mantém-se em vigor até ao integral cumprimento de todas as obrigações dele emergentes.

Assinado eletronicamente por cada um dos outorgantes,

O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.

O MUNICÍPIO DE BRAGA



Anexo

FICHA DO PROJETO DE INVESTIMENTO

Investimento RE-C02-I01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

Município competente: Braga

ENTIDADE BENEFICIÁRIA

Tipo de entidade: Município (Art.º 26.º a))

Identificação: Município de Braga

NIF: 506901173

IBAN

OBJETIVOS DO PROJETO

Solução habitacional: Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - art.º 29.º b)

N.º candidatura: 62142

Localização: Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº

Designação: Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 1 fogos - Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº

Número de fogos: 1

Data da concretização da solução habitacional: 19/12/2023

IDENTIFICAÇÃO DOS FOGOS

Identificação prédio ou fração	Código do fogo	Morada	Código da freguesia	Artigo Matricial conforme caderneta predial	Descrição Conservatória do Registo Predial	Tipologia	Regime de atribuição
1994_A	CRP - 605_A, Artigo matricial - 1994_A, 1994_A	Rua Pêro Magalhães Gondavo, nº 73, R/C Esqº	64	1994_A	605_A	T3	Arrendamento apoiado

1

VALOR DO PROJETO

Financiamento		Investimento	Comparticipação	Capitais Próprios
	Valor s/IVA	48,634.78 €	48,634.78 €	0.00 €
	IVA	3,018.74 €	3,018.74 €	0.00 €
	Valor c/IVA	51,653.52 €	51,653.52 €	0.00 €

ESTRUTURA DE CUSTOS

Preço de aquisição	Registos com aquisição	Atos Notariais com aquisição	Empreitadas edificação (apenas elegível para contratos de empreitada celebrados a partir de 2020-02-01)	Empreitadas infraestruturas (apenas elegível para contratos de empreitada celebrados a partir de 2020-02-01)	Preço do terreno	Trabalhos com acessibilidades e de sustentabilidade ambiental	Fornecimentos com acessibilidades e de sustentabilidade ambiental	Fiscalização
- €	- €	- €	45,858.76 €	- €	- €	- €	- €	- €

Publicitação	Registos	Projetos	Segurança em Obra	Atos Notariais	Despesas com arrendamento temporário	Certificações Energéticas	IVA Total	Investimento Total (inclui IVA)
150.00 €	250.00 €	- €	391.80 €	250.00 €	1,364.22 €	370.00 €	3,018.74 €	51,653.52 €

UNIVERSOS DOS AGREGADOS E DAS PESSOAS ABRANGIDAS PELO ACORDO EM ANEXO PRÓPRIO (seleccionado com "X" uma das opções seguintes)

X	Conforme ficheiro anexo
	Os elementos de identificação das pessoas e dos agregados a que se destinam as habitações objeto do presente contrato, serão remetidos ao IHRU em função da modalidade de atribuição das habitações aos mesmos até à concretização da solução habitacional.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO INVESTIMENTO, CONFORME AVISO DE PUBLICITAÇÃO N.º 1-RE-C02-I01/2021 - REQUISITO 4. III B)

Ano	Execução física (*)	Execução financeira
2022		
2023		
2024		
2025		
Até mar/2026		

(*) - Consignação dos trabalhos no prazo máximo de 1 ano após notificação do IHRU da aprovação da financiamento

PONTO III, DO REQUISITO 4 DO AVISO N.º 1-RE-C02-I01/2021

A Entidade Beneficiária declara estarem asseguradas as condições para o cumprimento dos requisitos de eficiência energética conforme ponto III, do requisito 4 do aviso de publicitação n.º 1-RE-C02-I01/2021, com as especificações técnicas do anexo I do mesmo aviso;



Anexo II

Identificação das atividades prestadas e a prestar pela BragaHabit, EM no âmbito do 1º

Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

1. Planeamento e Gestão

- Elaboração de cronogramas de execução do projeto, conforme o estabelecido no Anexo do Contrato de Comparticipação.
- Garantir a conformidade técnica e legal do projeto com as normas do Decreto-Lei n.º 37/2018, a Portaria n.º 230/2018 e as regras comunitárias aplicáveis.
- Coordenação com os serviços municipais e o IHRU, I. P. para assegurar a execução de forma eficiente e eficaz.
- Comunicação das alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do Projeto.

2. Contratação Pública

- Cumprimento dos normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução do projeto, entregando ao IHRU, I.P., toda a documentação necessária ou por este solicitada para comprovar o respetivo cumprimento.
- Elaboração de mapas de quantidades e cadernos de encargos, garantindo o cumprimento das especificações técnicas e legais.
- Preparação das peças procedimentais, incluindo o projeto de execução e outros documentos necessários para o procedimento de contratação pública.
- Lançamento do procedimento de contratação pública em conformidade com o Código dos Contratos Públicos.
- Gestão do processo de adjudicação, assegurando a conformidade legal e técnica.
- Celebração e gestão do contrato, garantindo que todas as condições acordadas sejam cumpridas, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros e técnicos.

3. Execução das Obras

- Realização das obras de reabilitação do imóvel, que incluem:
 - Melhorias estruturais e intervenções na segurança do edifício.
 - Melhoria do desempenho energético, evidenciado mediante certificação energética final que ateste uma melhoria de, pelo menos, 10% em relação ao indicador de desempenho anterior à obra.



- Garantir o cumprimento do princípio de 'Não Prejudicar Significativamente' em todas as intervenções, em especial quanto aos requisitos de eficiência energética e ou de procura de energia primária nos termos determinados na legislação nacional e nas condições exigidas pelo PRR.
- Desenvolvimento de um plano de gestão de resíduos de construção e demolição, assegurando que, pelo menos, 70% dos resíduos não perigosos sejam reciclados ou reutilizados.
- Utilização de materiais reciclados ou que incorporam componentes reciclados, respeitando os requisitos do financiamento.
- Conclusão das obras dentro dos prazos estabelecidos (até 31 de março de 2026).

4. Acompanhamento e Fiscalização

- Supervisão contínua das obras, garantindo o cumprimento de prazos e especificações técnicas.
- Realização de auditorias periódicas para assegurar a conformidade com o cronograma físico-financeiro.

5. Relatórios e Monitorização

- Disponibilização, nos prazos estabelecidos, dos elementos necessários para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria.
- Participação em processos de inquirição relacionados com a execução das obras.
- Registo e organização digital de toda a documentação relativa ao projeto para auditorias e monitorização.

6. Publicitação

- Publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, designadamente na Orientação Técnica n.º 5/2021 - Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR e no Aviso n.º 18729/2021, publicado na Série II do Diário da República n.º 193/2021, de 2021-10-04.

7. Atribuição e Entrega da Habitação

- Gestão do processo de atribuição do fogo em regime de arrendamento apoiado, em conformidade com as condições do 1.º Direito.
- Assinatura do contrato de arrendamento apoiado até 30 de junho de 2026.

